

Evento: Salão do Conhecimento - Unijui 2022

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À JUSTIÇA EM TEMPOS DE COVID-19:
LIMITES E POSSIBILIDADES DA MEDIAÇÃO SANITÁRIA NAS DEMANDAS
JUDICIAIS DE TRABALHADORES NO BRASIL, ARGENTINA E CHILE¹**

**PUBLIC POLICIES ON ACCESS TO JUSTICE IN THE TIME OF COVID-19:
LIMITS AND POSSIBILITIES OF HEALTH MEDIATION IN THE LEGAL DEMANDS OF
WORKERS IN BRAZIL, ARGENTINA AND CHILE¹**

**Carine da Silva Riquinho²,
Rosane Teresinha Carvalho Porto³**

¹ Estabelece resultados parciais do Projeto de Pesquisa: “POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À JUSTIÇA EM TEMPO DE COVID-19: Limites e possibilidades da mediação sanitária nas demandas judiciais de trabalhadores no Brasil, Argentina e Chile” (Projeto Recém - Doutora ARD-FAPERGS/20)

² Graduanda em Direito na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI) Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UNIJUI no projeto de pesquisa Políticas Públicas de Acesso à Justiça em tempos de COVID-19 : Limites e Possibilidade da mediação sanitária nas demandas judiciais de trabalhadores no Brasil, Argentina e Chile, sob supervisão da Profa Dra Rosane Teresinha Carvalho Porto, e-mail: carine.riquinho@sou.unijui.edu.br

³ Doutora em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC/RS. Mestre em Direito na área de concentração: Políticas Públicas de Inclusão Social com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES . Estágio pós-doutoral pela Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS) sob orientação da Dra. Luciane Cardoso Barzotto. Professora Permanente na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI, lecionando na graduação em Direito e no Programa de Pós Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado. Professora na graduação em direito e na Pós Lato Sensu na UNISC . Estuda temáticas voltadas à criança e adolescente, direitos sociais, acesso à Justiça e soluções de conflitos entre elas: mediação e justiça restaurativa. Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica & Direitos Humanos (CNPq). Integrante do grupo de pesquisa Direito e Fraternidade da UFRGS (Capes/CNPQ). Integrante da equipe de trabalho do projeto Rede de cooperação Academia e de pesquisa: eficiência, efetividade e economicidade nas políticas de segurança pública com utilização de monitoração eletrônica e integração de banco de dados (Edital Procad/Capes n.16/2020). *Pesquisadora Recém-Doutora ARD- FAPERGS: Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Edital FAPERGS 10/2020). Coordenadora da Rede de mediação sanitária na América Latina (2021).*

INTRODUÇÃO

O projeto consiste em analisar as legislações, políticas públicas de acesso à justiça e debates jurisprudenciais acerca das controvérsias judiciais envolvendo os trabalhadores em tempos de COVID-19, realizando um enfrentamento da possibilidade da mediação sanitária como política pública de acesso à justiça no Brasil, em perspectiva comparada com a Argentina e o Chile, assim identificando aspectos relacionados à proteção da saúde do trabalhador nesses locais. A partir da análise dos dados coletados, se evidenciará se tais demandas judiciais poderiam ser resolvidas ou melhor enfrentadas com a implementação da



mediação sanitária como política pública de acesso à justiça. Há uma crise sanitária, a qual vem trazendo inúmeras consequências em todos os setores, sejam eles econômicos, sociais, sanitários e judiciais.

Busca-se analisar o papel das políticas públicas na adoção da mediação sanitária como forma de garantir o direito básico de acesso à justiça dos trabalhadores em meio a pandemia COVID-19. Como hipótese, entende-se que a mediação sanitária pode sim ser aplicada, aliada à algumas políticas públicas.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória, que se realizará a partir do método fenomenológico cujo intento será o de proporcionar uma descrição direta da experiência concreta tal como ela é. Para tanto, no que diz respeito à técnica de pesquisa, optou-se pelo emprego de pesquisa bibliográfica e documental. Neste sentido, utilizar-se-á uma vasta rede de documentos bibliográficos já produzidos acerca da temática, dentre eles doutrinas, livros, relatórios e periódicos que serão fichados e interpretados a partir da técnica de análise de conteúdo. Serão selecionados e consultados produções e autores referenciais ao marco teórico biopolítico, especialmente Giorgio Agamben e Michel Foucault, bem como aqueles relevantes para o tema proposto especialmente a partir da realidade latino-americana e brasileira. Em um segundo momento será realizada vasta pesquisa documental em cada um dos países objeto de estudo. **Na pesquisa documental serão selecionados e analisados materiais em três âmbitos primordiais: documentos legislativos, cujo intuito é localizar as mais diversas produções legislativas que tratam da normatização e legislações trabalhistas de cada país, formas de acesso à justiça documentos e relatórios que tratam da elaboração e implantação de políticas públicas** relativas à temática; documentos jurisprudenciais. A pesquisa jurisprudencial objetiva identificar quais são as principais demandas laborais ou relações de trabalho, envolvendo a saúde e os direitos de acesso à justiça do trabalhador que tem sido levadas à apreciação do Poder Judiciário – Ministério da Justiça de Direitos Humanos do Chile e PUC/ Chile; Corte de Justiça da Argentina; Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunais Regionais do Trabalho (TRT), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiros, e como tais demandas têm sido



apreciadas e decididas pelo Poder Judiciário de cada país. Ao final, uma vez coletados os dados, utilizar-se-á, ainda o método comparativo, comparando os fenômenos sociais, políticos legislativos e jurisprudências dos três países diferentes, buscando, proporcionar uma descrição direta da experiência tal como ela é vivida em cada um dos contextos culturais e sociais em estudo.

Os principais resultados esperados são: a construção de um banco de dados acerca das legislações e marcos jurídicos de proteção aos direitos humanos dos trabalhadores; compilação de uma base bibliográfica com informações e análise sobre as políticas públicas de acesso à justiça e mediação sanitária, que identifique as principais experiências históricas colocadas em prática; construção de uma base de jurisprudências sobre o tema, e elaboração de um artigo científico com os resultados obtidos, identificando o marco normativo, explicitando de modo crítico as políticas existentes e apontando a necessidade de criação/melhorias de políticas públicas relacionadas à área, e por fim, analisando a jurisprudência pátria, identificando a incidência de possível discricionariedade e anacronismos nas decisões; realização de uma missão de estudos na Argentina para coleta e sistematização de dados acerca da temática objeto do estudo na realidade argentina; realização de uma missão de estudos no Chile para coleta e sistematização de dados acerca da temática objeto do estudo na realidade chilena; construção de um quadro comparativo acerca da gestão de políticas de acesso à justiça aos trabalhadores, direitos laborais, relações de trabalho em tempos de COVID-19 com o Brasil que será apresentado à comunidade por meio de um texto científico, as informações obtidas; publicação e divulgação do livro contendo os resultados da pesquisa, de modo a subsidiar a criação/melhoria de políticas públicas relacionadas à temática. Realização de evento para apresentação dos resultados finais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O subprojeto **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À JUSTIÇA EM TEMPOS DE COVID-19: Limites e possibilidades da mediação sanitária nas demandas judiciais de trabalhadores no Brasil, Argentina e Chile**. Auxílio Recém-Doutor – ARD/20 está também vinculado ao projeto Unijuí (Formas Alternativas De Acesso À Justiça: História E Fundamentos). Dada a relevância do subprojeto e por ser financiado pela FAPERGS (Fundo de Amparo à Pesquisa do RS), o norte do trabalho conjunto dá-se na perspectiva de aderir a



área trabalhista associada às formas adequadas de resolução de conflitos e o acesso à justiça. Considerando a relevância das políticas públicas de acesso à justiça em tempos de COVID-19 o problema de investigação norteia os seguintes questionamentos: **quais os impactos dessa pandemia a COVID-19 nas relações de trabalho e quais os limites e as possibilidades da utilização e a implementação da mediação sanitária enquanto política de prevenção de conflitos envolvendo trabalhadores no Brasil, Argentina e Chile? Quais os limites e as possibilidades da mediação sanitária como política pública de acesso à justiça no Brasil, em perspectiva comparada com a Argentina e o Chile, analisando aspectos relacionados à proteção da saúde do trabalhador nestes locais?** Adiantando que o problema de investigação ainda não foi respondido, por conta da pesquisa em andamento e tendo previsão de finalização no ano de 2023.

É pertinente refletir sobre as transformações no mundo do trabalho, pois cada vez mais tornam precária o trabalho decente dos trabalhadores. Diversas consequências da precarização das relações de trabalho tornaram-se visíveis com a pandemia, entre elas: a demissão em massa, o desemprego, doenças ocupacionais que afetam a saúde do trabalhador, entre tantas outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação aos objetivos do projeto ambos foram alcançados parcialmente, pois no primeiro semestre de 2022 foi realizado um levantamento e revisão de literatura bibliográfica. A próxima etapa será fazer um levantamento sobre a legislação laboral Argentina, como funciona a justiça naquele país e quais foram as políticas públicas adotadas no período de pandemia para dirimir e prevenir demandas judiciais envolvendo os trabalhadores na pandemia COVID-19.

Palavras-chave: Direito do Trabalho. Políticas Públicas. Acesso à Justiça. Mediação Sanitária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à FAPERGS por viabilizar e possibilitar a realização dessa pesquisa.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, A.C; DORNELLES, M.; SCHAEFER, R.M.P. Mediação Sanitária: Novas perspectivas para o enfrentamento de conflitos no âmbito do direito à saúde. In: SPENGLER, Fabiana Marion Spengler; NETO SPENGLER, Theobaldo. Heterocomposição e autocomposição no acesso à justiça. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. P.70-89.

AGUIAR, A.C; DORNELLES, M.; SCHAEFER, R.M.P. Mediação Sanitária: Novas perspectivas para o enfrentamento de conflitos no âmbito do direito à saúde. In: SPENGLER, Fabiana Marion Spengler; NETO SPENGLER, Theobaldo. Heterocomposição e autocomposição no acesso à justiça. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. P.70-89.

STURZA, Janaína; PORTO, R. T. C. ; GRIEBLER, J.B. Mediação sanitária em meio a pandemia do COVID-19: Interlocuções dialógicas com as políticas públicas. Revista de direitos sociais e políticas públicas, v. 6, p. 26-35, 2020.